

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Resinorte, empresa concessionária do sistema multimunicipal de tratamento de resíduos urbanos de 35 municípios do Norte de Portugal, terá iniciado, em janeiro deste ano, o processo de licenciamento de um novo aterro sanitário na freguesia de Covelas, Trofa. Este novo aterro estava previsto para um terreno contíguo ao do antigo aterro de Santo Tirso, em área de Reserva Ecológica Nacional. O aterro de Santo Tirso, situado na freguesia de Santa Cristina do Couto, atingiu o limite de capacidade de receção de resíduos, tendo sido encerrado no final do ano de 2016. Caso viesse a ser licenciado, o novo aterro iria receber resíduos indiferenciados provenientes dos municípios abrangidos pela Resinorte, e resíduos gerados após tratamento mecânico, biológico e de valorização, segundo a empresa concessionária.

De acordo com notícias recentes, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) terá emitido parecer negativo relativamente à pretensão de licenciamento deste aterro. Tendo sido público que a Câmara Municipal da Trofa terá solicitado em fevereiro a desafetação do terreno da classificação de Reserva Ecológica Nacional (REN) e procedido à alteração do Plano Diretor Municipal de forma a adaptar os instrumentos de ordenamento do território à vontade de instalação da Resinorte.

O Bloco de Esquerda entende que este e outros casos de licenciamento de empreendimentos que se sobrepõe aos instrumentos de proteção e de ordenamento de território não podem prosseguir e que deve existir capacidade de fiscalização e de travar este tipo de situações que lesam o bem comum e que incorrem em atuações abusivas relativamente à lei, nomeadamente, e neste caso, por parte dos municípios que atropelam e tentam apagar as classificações de proteção do território existente, lesando populações e o território.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. O Governo confirma a receção, por parte da CCDR-N, de um pedido de alteração da

classificação do terreno de Reserva Ecológica Nacional (REN) com o fim de facilitar o licenciamento de um novo aterro na freguesia de Covelas, Trofa?

1.1 Pode o Governo disponibilizar a este Grupo Parlamentar este pedido assim como o referido parecer negativo emitido pela CCDRN?

2. Existem outros pedidos de licenciamento ou de autorização de ampliação de aterro na CCDRN?

2.1 Em caso afirmativo, para que concelhos e freguesias?

3. De que forma pretende o Governo limitar a desafetação de terrenos em área de Reserva Ecológica Nacional, tendo em conta várias situações de desclassificação ilegal recentes?

4. Pretende o Governo solicitar uma inspeção do IGAMAOT e Inspeção Geral das Finanças à atuação da Câmara Municipal da Trofa na tentativa de ultrapassar a legislação de ordenamento território, para que se apurem as devidas responsabilidades?

Palácio de São Bento, 28 de julho de 2020

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

LUÍS MONTEIRO(BE)